



CURSO DE PSICOLOGIA

Maria Luiza Adoryan Machado

**“SÃO TENTATIVAS DE TIRAR ELES DA SITUAÇÃO DE RUA”: UM ESTUDO
SOBRE OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS ÀS AÇÕES VOLTADAS À PESSOA
RUALIZADA NO ÂMBITO DO SUAS**

Santa Cruz do Sul

2020

Maria Luiza Adoryan Machado

**“SÃO TENTATIVAS DE TIRAR ELES DA SITUAÇÃO DE RUA”: UM ESTUDO
SOBRE OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS ÀS AÇÕES VOLTADAS À PESSOA
RUALIZADA NO ÂMBITO DO SUAS**

Trabalho de conclusão apresentado ao
Curso de Psicologia da Universidade de
Santa Cruz do Sul como condição de
aprovação na disciplina de TC II e
conclusão de curso.

Orientadora: Professora Dra. Letícia
Lorenzoni Lasta

Santa Cruz do Sul

2020

Às companheiras e aos companheiros que seguem em suas lutas e resistências diárias por
um mundo mais sensível às diferenças.

Nós somos a transformação; mesmo com tantos obstáculos, não desistiremos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com todo o meu coração, às pessoas que há anos contribuem muito com o meu projeto social Coletivo RUAS (Resistências Urbanas = Aprendizados Subversivos) na cidade de Santa Cruz do Sul – RS e, também, do período que desenvolvi ações na cidade de Bogotá (Colômbia). São anos de trocas potentes que nos fazem enxergar a rua com outras lentes, sem julgamentos; e aquelas/aqueles que ali habitam como pessoas que resistem diariamente e têm muito a nos falar e mostrar. Acredito que esta pesquisa não seria a mesma sem as vivências através do Coletivo RUAS.

Agradeço às/aos trabalhadoras/es do SUAS no município de Santa Cruz do Sul que contribuíram com esta pesquisa. Vocês são importantes agentes sociais quando se fala em políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Continuemos promovendo transformações em nossas práticas diárias; estamos juntas/juntos!

Agradeço imensamente à minha orientadora e professora Dra. Letícia Lorenzoni Lasta que topou produzir esta pesquisa comigo. As nossas conversas semanais foram momentos de acolhimento essenciais quanto às incertezas e dúvidas que surgiram durante os últimos meses, mediante uma pandemia que resultou em tantas mudanças em nossas vidas. Mesmo assim, foram as nossas trocas que me motivaram a continuar produzindo questionamentos e reflexões sobre um fenômeno que tanto me inquieta. Ou melhor, que nos inquieta. Encontrar professoras sensíveis como a profe Letícia faz com que nós, estudantes, queiramos experimentar a universidade de outras formas tantas. Acredito que o desafio de uma escrita produtora de sentidos foi vencido por nós e agradeço muito pela confiança e aprendizado.

Ainda em tempo, agradeço ao Movimento Nacional da População de Rua, em especial ao representante da região metropolitana do RS, Anderson, que já em 2015 me apontou questões importantes desde as minhas primeiras aproximações com a realidade do povo de rua. Figura que me atentou sobre os privilégios que não devem cegar e nem silenciar. Também agradeço às/aos demais representantes do movimento que fui encontrando em eventos diversos pelo Brasil, onde busquei fortalecer-me como estudante de Psicologia e mulher militante. Pessoas estas que deixaram (e, deixam) reflexões que ecoam na memória viva. Vocês são sinônimo de luta e resistência. Seguimos!

Agradeço à minha mãe e ao meu irmão pelo apoio diário e compreensão que fizeram toda a diferença no meu percurso acadêmico. Mais que família, somos companheiras/os que respeitam o tempo e espaço de cada um(a); para mim, isso é essencial para uma vida mais leve, feliz e tranquila. Amo vocês!

Agradeço às professoras, supervisoras e orientadoras que contribuíram substancialmente em meu percurso na universidade e que levo para a vida. Em especial, à professora Gabriela Felten da Maia, pela amizade, confiança e parceria que traçamos desde a disciplina de Antropologia, em 2014, quando interesses em comum dentro da Psicologia nos uniu, assim como o amor aos feminismos. Às professoras Cristiane Davina Redin Freitas e Karla Gomes Nunes, também pela confiança, paciência e aprendizados quando me concederam bolsa de auxílio nas disciplinas. E à professora Cláudia Tirelli que me acolheu como bolsista de iniciação científica já ao final do curso, quando achei que não conseguiria mais alcançar tal vivência que há tanto tive interesse. Professoras sensíveis que me incentivaram a viver a universidade para além das salas de aula e que ficam na memória viva, obrigada!

Por fim, agradeço às minhas amigas, amigues e amigos pelo apoio e confiança, das trocas importantes dentro e fora da sala de aula, dos encontros felizes que fizeram com que oito anos de faculdade resultassem em tantas lembranças emocionantes. Vejo o quanto o nosso apoio mútuo e trocas de afetos serviram de combustível para continuar levantando o punho ao encontro do infinito.

“Esse crime, o crime sagrado de ser **divergente**, nós o cometeremos **sempre**.”

Patrícia Rehder Galvão (Pagu)

“Estar em solidão significa estar consigo mesma/o; e, portanto, o ato de pensar, embora possa ser a mais solitária das atividades, **nunca é realizado inteiramente sem um parceiro e sem companhia**.”

Hannah Arendt

RESUMO

A realidade de pessoas em situação de rua não é um fenômeno recente e é um dos exemplos mais extremos e devastadores da pobreza e exclusão social no mundo. Estudiosas/os da área indicam que não se sabe ao certo desde quando existe tal realidade, em que pessoas passam a transformar logradouros em seu lar, sua fonte de sustento, seu espaço de trocas interpessoais, de autocuidado e de outros tantos usos. Desta forma, refletir sobre as vivências de pessoas em situação de rua é, também, (re)pensar sobre os (outros tantos) modos de ser e estar no mundo. Viver na condição de rualização, isto é, estar/viver/morar nas ruas, antes de tudo, é um dos resultados (muitas vezes, fatais) de desigualdades que permeiam as cidades. A pesquisa aqui proposta caracteriza-se como qualitativa e teve como objetivo principal conhecer quais são as ações/projetos/programas desenvolvidos pelas/os trabalhadoras/es que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em relação às demandas da população de rua na cidade de Santa Cruz do Sul-RS. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, na modalidade *online*, através de uma ferramenta de reunião virtual gratuita com trabalhadoras/es que atuam diretamente com as demandas da população de rua na referida cidade. Para a análise de dados foi utilizada a proposta de Mary Jane Spink (1994, 2010, 2013) e colaboradoras/es a qual se fundamenta no campo da psicologia social, mais especificamente no construcionismo social, para evidenciar a produção de sentidos de trabalhadoras/es atuantes no SUAS. Como resultados temos a descrição das ações e projetos desenvolvidos por dois serviços públicos que compõem o SUAS nesta cidade e que atuam diretamente com pessoas em situação de rua. Além disso, foi possível identificar e analisar a produção de sentidos atribuídos tanto à realidade das pessoas que vivem na situação de rua quanto aos serviços atuantes frente a essas demandas. Observamos nas narrativas a falta de recursos humanos, recursos materiais, capacitação profissional e educação permanente para acrescentar no trabalho já desenvolvido e, além disso, para contribuir de outras tantas formas na atuação frente a uma população que continua sendo invisível em nosso município. Sem o intuito de produzir conclusões, o presente estudo considera que a atuação das/os trabalhadoras/es que contam com preparação, capacitação e educação permanente é primordial nas práticas voltadas às demandas da população de rua. Entretanto, constatamos a falta de tal incentivo e assinalamos que isso acaba sendo um fator gerador de práticas in/excludentes. Por fim, apontamos sobre as dificuldades encontradas pelas/os trabalhadoras/es entrevistadas/os em relação à complexidade e desafios frequentes no trabalho diário. Desta forma, tais questões remetem à necessidade da rede e dos serviços disponibilizarem recursos para fomentar aprendizagem, no formato de educação permanente, para suas/seus trabalhadoras/es, incentivando a busca por estudos e normativas que apresentem dados atualizados e estratégias efetivas, sensíveis e humanizadoras, frente à uma população que continua (sobre)vivendo nas margens.

Palavras-chave: In/exclusão. Políticas públicas. População de rua. Rualização. SUAS.

ABSTRACT

The reality of homeless people is not a recent phenomenon and is one of the most extreme and devastating examples of poverty and social exclusion in the world. Scholars in the area indicate that it is not known for sure when there is such a reality, in which people begin to transform places in their home, their source of sustenance, their space for interpersonal exchanges, self-care and many other uses. Thus, reflecting on the experiences of homeless people is also (re)thinking about the (other many) ways of being and living in the world. Living in the condition of homeless, that is, being/living/staying on the streets, first, is one of the (often fatal) results of inequalities that permeate cities. The research proposed here is characterized as qualitative and had as main objective to know what the actions/projects/programs are developed by the workers in the “Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” (Unified System of Social Assistance) in relation to the demands of the homeless population in the city of Santa Cruz do Sul, south of Brazil. Semi-structured interviews were conducted, in the online modality, through a free virtual meeting tool with workers who work directly with the demands of the homeless population in this city. For data analysis, the proposal of Mary Jane Spink (1994, 2010, 2013) and collaborators was used, which is based on the field of social psychology, more specifically in social constructionism, to evidence the production of meanings of workers in SUAS. As results we have the description of the actions and projects developed by two public services that make up SUAS in this city and that work directly with people in street situation. In addition, it was possible to identify and analyze the production of meanings attributed both to the reality of people living in the street and to the services used in the face of these demands. We observed in the narratives the lack of human resources, material resources, professional training, and continuing education to add to the work already developed and, in addition, to contribute in many other ways in the action against a population that continues to be invisible in our city. Without the intention of producing conclusions, the present study considers that the actions of workers who rely on preparation, training and continuing education is paramount in practices focused on the demands of the homeless population. However, we note the lack of such incentive and point out that this ends up being a factor that generates in/excluding practices. Finally, we point out about the difficulties encountered by the workers interviewed in relation to the complexity and frequent challenges in daily work. Thus, these questions refer to the need for the network and services to provide resources to foster learning, in the format of permanent education, for their workers, encouraging the search for studies and regulations that present updated data and effective, sensitive, and humanizing strategies, in front of a population that continues surviving on the margins.

Keywords: In/Exclusion. Public policy. Street population. Homeless. SUAS.

RESUMEN

La realidad de las personas que viven en las calles no es un fenómeno reciente y es uno de los ejemplos más extremos y devastadores de pobreza y exclusión social en el mundo. Los estudiosos del área indican que no se sabe con certeza hace cuánto existe tal realidad, en la que las personas comienzan a transformar lugares en su hogar, su fuente de sustento, su espacio para intercambios interpersonales, autonomía y muchos otros usos. Por lo tanto, reflexionar sobre las experiencias de las personas sin hogar es también (re)pensar en las (otras muchas) maneras de ser y estar en el mundo. Vivir en la condición callejera, es decir, ser/vivir/quedarse en las calles, en primer lugar, es uno de los (a menudo fatales) resultados de las desigualdades que impregnan las ciudades. La investigación propuesta aquí se caracteriza por ser cualitativa y tiene como objetivo principal conocer cuáles son las acciones/proyectos/programas desarrollados por las/los trabajadoras/es que trabajan en el “Sistema Único de Assistência Social” (SUAS) en relación con las demandas de la población callejera en la ciudad de Santa Cruz do Sul, en el sur de Brasil. Las entrevistas semiestructuradas se realizaron, en la modalidad *online*, a través de una herramienta de encuentro virtual gratuita con trabajadoras/es que trabajan directamente con las demandas de la población callejera en esa ciudad. Para el análisis de datos, se utilizó la propuesta de Mary Jane Spink (1994, 2010, 2013) y colaboradoras/es, que se basa en el campo de la psicología social, más concretamente en el constructivismo social, para evidenciar la producción de significados de las/los trabajadoras/es que trabajan en SUAS. Como resultado tenemos la descripción de las acciones y proyectos desarrollados por dos servicios públicos que componen el SUAS en esta ciudad y que trabajan directamente con personas en situación de calle. Además, fue posible identificar y analizar la producción de significados atribuidos tanto a la realidad de las personas que viven en la situación de calle como a los servicios utilizados frente a estas demandas. Observamos en las narrativas la falta de recursos humanos, recursos materiales, formación profesional y educación continua para sumar al trabajo ya desarrollado y, además, contribuir de muchas otras formas en la acción contra una población que sigue siendo invisible en nuestro municipio. Sin la intención de producir conclusiones, el presente estudio considera que las acciones de las/los trabajadores que cuentan con la preparación, la formación y la educación continua son primordiales en las prácticas centradas en las demandas de la población sin hogar. Sin embargo, observamos la falta de ese incentivo y señalamos que esto termina siendo un factor que genera prácticas de inclusión-exclusión. Por último, señalamos las dificultades encontradas por las/los trabajadoras/es entrevistadas/os en relación con la complejidad y los frecuentes desafíos en el trabajo diario. Así, son cuestiones que se refieren a la necesidad de que la red y los servicios proporcionen recursos para fomentar el aprendizaje, en el formato de la educación permanente, para sus trabajadoras/es, fomentando la búsqueda de estudios y reglamentos que presenten datos actualizados y estrategias eficaces, sensibles y humanizadoras, frente a una población que continúa a sobrevivir al margen.

Palabras clave: Inclusión-Exclusión. Política pública. Población callejera. Población sin hogar. SUAS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Pesquisa População de Rua em São Paulo em 1990.....	66
Quadro 1 - Perfil Nacional População de Rua em 2007.....	67
Quadro 2 – Linha histórica do Movimento Nacional da População de Rua.....	71
Quadro 3 – Propostas e marcos do MNPR.....	73

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEMAS	Centro Municipal de Atendimento à Sorologia
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CIAMP-RUA	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNEP/SUAS	Política Nacional de Educação Permanente do SUAS
PNH	Política Nacional de Humanização
PNPR	Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua
Pop rua	População de rua / População em situação de rua
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DO ENCONTRO COM A TEMÁTICA DA PESQUISA	19
2.1	Sobre a minha implicação, ou melhor, envolvimento com a causa.....	19
2.2	“Se une sofredor, a cidade vai ouvir o seu clamor”: As lutas sociais como estopim ..	25
3	METODOLOGIA	30
3.1	Instrumentos e procedimentos	30
3.2	Sobre os serviços públicos parceiros: o que diz nas políticas e estudos?	34
3.3	Estratégias de produção e análise de dados	36
3.4	Considerações éticas	41
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO	45
4.2	“São tentativas de tirar eles da situação de rua”: Sobre as ações e projetos desenvolvidos no âmbito do SUAS no município.....	45
4.3	“Eles enxergam o serviço como uma caridade”: Sobre os sentidos atribuídos pelas/os trabalhadoras/es	51
4.4	“O tempo que eles têm que ficar limpos, já é uma inclusão”: Sobre a inclusão-exclusão da população de rua	55
4.5	“Eu acho que a aderência deles vai muito desse princípio de eles não terem muita organização”: Sobre a formulação/implementação de políticas públicas e aderência das/os usuárias/os.....	61
4.6	“Não sabem, não gostam e não querem, não adianta forçar”: Sobre capacitação profissional e equipe	75
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS	83
	APÊNDICES	93
	APÊNDICE A – Árvore de associação de ideias sobre censo Poprua	93
	APÊNDICE B – Árvore de associação de ideias sobre marcadores de análise.....	94

Em situação de resistir

Não relevem as retas

Confiem

Não há estratégia

Isolamento social

Em situação de residir

Não relê as retas

Vem

Confiem

Não está. ...te já. ...

A intrincada teia de ruas

Da parte antiga da cidade

Abriga prédios históricos

Onde hoje funcionam vários

centros culturais

Próximos uns dos outros

Vulnerabilidade social

Situação residir

Não as confiem

Não relê

As retas

Não está? Té já

Em situação de residir

Em ruas obtidas

Vozes dos heróis anônimos

O inimigo é invisível

Diogo Macedo

(Poeta das ruas, *Jornal Boca de Rua*, 2020)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso emerge de alguns atravessamentos pessoais e acadêmicos sobre a realidade da população em situação de rua durante a minha graduação em Psicologia. Desde 2014, busquei me aproximar de tal questão social através de trabalhos acadêmicos desenvolvidos em algumas disciplinas deste curso de graduação e, também, no período que estudei na Universidad Nacional de Colombia, na cidade de Bogotá. Desde então venho apresentando trabalhos acadêmicos em diversos eventos científicos, publicados em anais de eventos, livros, revistas e mídia, no intuito de produzir reflexões sobre essa população e dos dispositivos de in/exclusão que operam em nossa sociedade.

A proposta inicial das primeiras aproximações que fui realizando no decorrer dos anos foi de conhecer pessoas em situação de rua, suas histórias e especificidades, através de ações coletivas onde reunimos pessoas que vivem na realidade de rua em conjunto com aquelas/es que não vivem (estudantes e professoras/es da UNISC e, comunidade em geral), porém, que também buscam apoiar/ajudar de alguma forma. De tal modo que tais encontros ocorriam em praças, terrenos baldios, albergue municipal, com propostas diversas que surgiam no próprio grupo, desde refeições coletivas que eram preparadas na rua, com o pouco recurso que se tinha, até rodas de conversa, oficinas de desenhos/escritas e palestras sobre questões emergentes da realidade de rua na cidade referida. Este grupo foi nomeado como *Coletivo RUAS (Resistências Urbanas = Aprendizados Subversivos)* e se constitui enquanto um espaço diferenciado na cidade que visa a participação ativa de pessoas em situação de rua, onde estas têm voz e vez para (re)construir saberes e desconstruir estigmas que emergem da realidade de quem vive nas ruas (MACHADO; MAIA, 2017).

A realidade de pessoas em situação de rua não é um fenômeno recente. Stoffels (1977 *apud* BRASIL, 2013a) realizou extensa pesquisa sobre tal realidade desde a Grécia Antiga, como consequência das desapropriações de terras para o crescimento das cidades. Na Idade Média, as pessoas “itinerantes e mendigos” eram consideradas “perigosas, de má índole” e, assim, configurando-se como “partes segregadas do conjunto social” (BRASIL, 2013a, p. 15). Estudiosas/os apontam que a figura que habita a rua continua sendo apreendida pela sociedade contemporânea de forma estigmatizada e excluída do conjunto social (PIMENTA, 2019; SERAFINO; LUZ, 2015; ADORNO, 2011; FRANGELLA, 2004).

Machado, Assmann e Gomes (2017) afirmam que, sabendo que, de forma geral, a desconstrução de estigmas é um fator determinante na luta social pelos direitos de minorias, considera-se que “tal desconstrução parte da conscientização do que a rua realmente representa, das potencialidades dos sujeitos que (res)significam este espaço que é estigmatizado pelo senso

comum” (p. 14). As mesmas autoras destacam sobre a emergência de levar tal discussão para dentro de diferentes espaços, na tentativa de (re)construir saberes acerca das (sobre)vivências das pessoas em situação de rua.

Neste sentido, sabendo que o estigma é o principal disparador de preconceito físico e psicológico contra a população em situação de rua, Goffmann (1988) discorre em sua obra intitulada *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* que o estigma é definido como um aspecto negativo (desprezível) que torna o indivíduo diferente, em desvantagem, diminuído e, assim, estigma e preconceito são termos frequentemente relacionados às pessoas em situação de rua dadas as suas “anormalidades” mediante as normas sociais (GOFFMANN, 1988).

Em importante pesquisa etnográfica desenvolvida acerca da vivência de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, a renomada antropóloga Simone Frangella (2004) afirma que essas pessoas realizam uma movimentação pedestre pela cidade que formata um circuito geográfico entre os serviços e instituições acessados para fins de sobrevivência e, assim, produzindo novas sociabilidades. Entretanto, a dinâmica de movimentar-se pela cidade implica embates frequentes com os códigos sociais operados e naturalizados na sociedade, pois a não-propriedade, ausência de trabalho, fragilidades nas relações afetivas/sociais e precariedades em geral compõem um arranjo “errante”, isto é, pessoas em situação de rua são tidas como “fora do lugar (...) desencaixadas espacial e simbolicamente porque sua visibilidade é traduzida como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano” (FRANGELLA, 2004, p. 12). A mesma autora cunhou o termo “corpos errantes” para caracterizar as especificidades das pessoas em situação de rua enquanto um segmento da sociedade que vive à parte; à margem.

Bem como apontou Frangella (2004; 2005) sobre a precariedade na criação, desenvolvimento e manutenção de políticas públicas voltadas às demandas e especificidades da população em situação de rua, Serafino e Luz (2015) afirmam que um grande avanço acerca do tema deu-se através da aprovação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), lançada em 2009 (Decreto 7.053/2009). As mesmas autoras destacam que, mesmo após a criação e aprovação de uma política tão importante¹ no âmbito das políticas públicas

¹ Vale mencionar que a importância de uma política nacional específica sobre as singularidades e demandas emergentes da(s) realidade(s) da(s) população(ões) em situação de rua também foi apontada por essas pessoas. Em estudo qualitativo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 2008, as pessoas em situação de rua que participaram da pesquisa afirmaram que a produção científica e a formulação de políticas públicas voltadas a este segmento populacional é, ao mesmo tempo, complexo e urgente (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011).

voltadas à minoria social e que aborda questões pertinentes sobre os modos de ser e estar em situação de rua e de seus direitos que devem ser garantidos pelo Estado, ainda encontram-se fragilidades na implementação de tal política em muitas cidades brasileiras, inclusive nas capitais onde há um alto índice de pessoas rualizadas (SERAFINO; LUZ, 2015).

Desta forma, entende-se o processo de rualização enquanto uma condição temporária onde pessoas que, por não possuírem moradia fixa, habitam transitoriamente diversos logradouros públicos, albergues, abrigos e demais serviços direcionados, além de habitar a rua enquanto lugar físico e simbólico. Prates, Prates e Machado (2011) apontam que o processo de rualização é um conceito que compreende o “viver na e da rua” enquanto processo social constituído de múltiplos fatores (renda, educação, relações interpessoais, habitação etc.). Neste sentido, é importante destacar o que Botti *et al* (2010) apontam sobre tal condição, sendo que essa população apresenta como característica comum o estabelecimento do espaço público como campo de relações e a vivência da exclusão social através de um trinômio, sendo: expulsão, desenraizamento e privação. Isto é, “a exclusão social inclui a situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva” (BOTTI *et al*, 2010, p. 537). Sendo assim, a população em situação de rua configura-se enquanto uma parcela da sociedade que vive diariamente processos de exclusão em diversos âmbitos, dentre eles, social, político e econômico.

Segundo a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), a rua não deve ser vista somente como lugar de circulação entre espaços privados, uma espécie de limbo entre situações reconhecidas, mas como espaço em si, tão abarcador e produtor de realidades como qualquer outro. Desta forma, a PNPR aponta que é preciso desconstruir a bipolaridade ontológica entre normal e anormal colocada para as pessoas em situação de rua, considerando a produção e reprodução de identidades sociais dentro mesmo do que Gregori (2000, *apud* BRASIL, 2008, p. 4) conceitua como “circulação entre espaços e papéis sociais”.

Em termos gerais, estar na rua é ocupá-la, não como violação do espaço limpo e vazio (BRASIL, 2009c), mas enquanto espaço de potência social e individual, onde se produz modos de subjetivação e se (re)significa este espaço que é, ao mesmo tempo, público e privado. Sobre este ponto, Pimenta (2019) situa que, sob interpretação no senso comum, certas práticas não devem ser feitas na rua, à vista das pessoas, e isto acaba por configurar uma percepção social do que é “normal e anormal” em tal contexto. Ou seja, transformar os moldes históricos do que é estar e viver no espaço público pode ser considerado uma subversão da “‘ordem cidadina’, na

qual a utilização de locais públicos para finalidades domésticas corrompe a 'ordem de classificação (público/privado)' desses espaços” (PIMENTA, 2019, p. 84).

Segundo Prates, Prates e Machado (2011), são diversos os estudos realizados sobre o fenômeno “população de rua” em âmbito nacional e internacional, desde recortes de análise que tratam sobre as situações-limite que levam pessoas aos processos de rualização, isto é, de passarem a viver em situação de rua, até estudos que retratam algumas configurações nos modos de ser e estar em tal realidade. Estudos mais recentes têm apresentado, de modo mais aprofundado, sobre questões ainda mais complexas na realidade de rua, desde as questões de gênero e sexualidade até a necessidade da criação de estratégias específicas frente aos temas de educação e mercado de trabalho enquanto potencialidade à pessoa rualizada. Além disso, os mesmos autores apontam que há uma emergência na produção de pesquisas que visem um olhar minucioso frente às políticas públicas de saúde e de assistência social, pois estas se constituem enquanto as políticas mais acionadas quando se fala sobre as demandas da população de rua (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011).

Sendo assim, o objetivo geral do presente trabalho² foi conhecer quais são as ações/projetos/programas desenvolvidos pelas/os trabalhadoras/es atuantes no SUAS em relação às demandas da população de rua. Tivemos como objetivos específicos analisar os sentidos atribuídos pelas/os trabalhadoras/es em relação às ações/projetos/programas voltados às pessoas rualizadas, refletir sobre de que forma tais ações/projetos/programas ofertados têm contribuído nos processos de inclusão-exclusão da população em situação de rua na cidade em questão e, por último, verificar a oferta de capacitação profissional quanto às demandas da população de rua nos serviços públicos pesquisados.

Cabe ressaltar que, em função das implicações pessoais no percurso formativo e investigativo, produzimos um texto na primeira pessoa do singular. No entanto, esse processo não teria sido possível sem as pessoas e referenciais teóricos que contribuíram com a pesquisa, o que implica em dizer que o eu presente aqui deve ser tomado como um eu coletivo, permeado de diversas outras pessoas que ajudaram a compor o mesmo. Ademais, a revisão bibliográfica não será encontrada pela/o leitor(a) em capítulo à parte, pois foram apresentadas ao longo do trabalho, gerando as composições que seguem neste trabalho de conclusão de curso.

² Os dados apresentados nesse relatório são resultantes da pesquisa de Trabalho de Curso em Psicologia, denominada “*Os sentidos atribuídos pelas/os trabalhadoras/es das Políticas Públicas de Assistência Social às Ações/Projetos/Programas voltados à população de rua em uma cidade de porte médio no interior do RS*” a qual foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Santa Cruz do Sul, sob o parecer nº 4.191.840 de 04 de agosto de 2020.

Como resultados temos a descrição das ações e projetos desenvolvidos por serviços públicos que compõem o SUAS nesta cidade e que atuam diretamente com pessoas em situação de rua. Além disso, foi possível identificar e analisar a produção de sentidos atribuídos tanto à realidade das pessoas que vivem na situação de rua quanto aos serviços atuantes frente a essas demandas. Observamos nas narrativas a falta de recursos humanos, recursos materiais, capacitação profissional e educação permanente para agregar no trabalho já desenvolvido e, além disso, para agregar de outras tantas formas na atuação frente a uma população que continua sendo invisível em nosso município. Sem o intuito de produzir conclusões, o presente estudo considera que a atuação das/os trabalhadoras/es que contam com preparação, capacitação e educação permanente é primordial nas práticas voltadas às demandas da população de rua. Entretanto, constatamos a falta de tal incentivo e assinalamos que isso acaba sendo um fator gerador de práticas in/excludentes.

Por fim, apontamos sobre as dificuldades encontradas pelas/os trabalhadoras/es entrevistadas/os em relação à complexidade e desafios frequentes no trabalho. Desta forma, tais questões remetem à necessidade da rede e dos serviços disponibilizarem recursos para fomentar aprendizagem, através da educação permanente, para suas/seus trabalhadoras/es, incentivando a busca por estudos e normativas que apresentam dados atualizados e estratégias efetivas, sensíveis e humanizadoras, frente à uma população que continua (sobre)vivendo nas margens.



**SE UNE SOFREDOR,
A CIDADE VAI OUVIR O SEU CLAMOR !**

DENÚNCIA:

Moradia
Trabalho
Salário Justo

ANÚNCIO:

Resistência
Organização
Capacidade
Coragem
Relacionamento

FESTA:

Cultura
Partilha
Celebração
Comer e beber juntos

Fragmento do jornal *O Trecheiro*
(1990, acervo pessoal)

REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Atenção à saúde, direitos e o diagnóstico como ameaça: políticas públicas e as populações em situação de rua. Lisboa: *Etnográfica*, vol. 15, n. 3, p. 543-567, 2011. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0873-65612011000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 de maio de 2020.

AL ALAM, Maria do Carmo Ledesma. *População em situação de rua: território como lugar de trabalho em saúde*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Enfermagem, 2014. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/ri/2699>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/h8pyf>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BISCOTTO, Priscilla Ribeiro *et al.* Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. São Paulo: *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, vol. 50, n. 5, p. 749-755, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342016000500749&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

BOTTI, Nadja Cristiane Lappann. (org.). Padrão de uso de álcool entre homens adultos em situação de rua de Belo Horizonte. Ribeirão Preto: *SMAD - Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas*, vol. 6, n. Especial, p. 536-555, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v6nspe/10.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

BRASIL, Governo Federal. *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/1SjWr02>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004*. Reimpressão: 2009a. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

_____. Presidência da República. *Política Nacional para População em Situação de Rua*. Decreto 7.053 de 23 de dezembro, 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 04 de abril de 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar - Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009c. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Perguntas e respostas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop*. Brasília: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 04 de dezembro de 2020.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências no Distrito Federal, Paris e Londres*. Brasília: SDH, 2013a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, Reimpressão, 2013b.

_____. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Humanização (PNH)*. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, HumanizaSUS, 1ª edição, 2013c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS)*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 1ª edição, 2013d.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *População em Situação de Rua*. Brasília: Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/06/POPULA%C3%87AO-EM-SITUA%C3%87%C3%83O-DE-RUA.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro, 1ª ed., Civilização Brasileira, 2018.

CHERNICHARO, Isis de Moraes; SILVA, Fernanda Duarte da; FERREIRA, Márcia de Assunção. Caracterização do termo humanização na assistência por profissionais de enfermagem. Rio de Janeiro: *Escola Anna Nery*, vol. 18, n. 1, p. 156-162, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000100156&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n. 510 de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 mai. 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

_____. Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 dez. 2012. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 01 de junho de 2020.

COSTA, Ana Maria Nicolaci da.; DIAS, Daniela Romão; LUCCIO, Flávia Di. Uso de entrevistas online no Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). Porto Alegre: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, vol. 22, n. 1, p. 36-43, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-79722009000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 01 de junho de 2020.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Porto Alegre: *Textos e contextos*, vol. 4, n. 1, p. 1-15, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3215/321527157003.pdf>. Acesso em: 06 de abril de 2020.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Curitiba: *Educar em Revista*, vol. s/n, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602004000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 de maio de 2020.

FERRAZ, Flavio Carvalho. *Andarilhos da imaginação: um estudo sobre os loucos de rua*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1ª ed., 2000.

FERRAZ, Cláudia Pereira. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. São Paulo: *Revista de Arte Aurora*, vol. 12, n. 35, p. 46-69, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/44648/0>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 203-222, 2006.

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Campinas: Tese de Doutorado em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279907>. Acesso em: 14 de outubro de 2020.

_____. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. São Paulo: *Cadernos Metrópole*, vol. s/n, n. 13, p. 199-228, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8804>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Ribeirão Preto: *Revista Paidéia*, vol. 14, n. 28, p. 139-152, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 de junho de 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. São Paulo: *Revista de Administração de Empresas*, vol. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

GOV, Governo do Brasil. *Unidades de Acolhimento*. Brasília: 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-unidade-de-acolhimento>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. Porto Alegre: *Revista Educação & Realidade*, vol. 34, n. 2, p. 153-169, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8297>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

LUNARDI, Márcia Lise. Inclusão/exclusão: duas faces da mesma moeda. Santa Maria: *Revista Educação Especial*, vol. s/n, n. 18, p. 1-5, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5181/3176>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

MACHADO, Maria Luiza Adoryan; MAIA, Gabriela Felten da. “Não teve saúde pra aguentar o tranco que é viver na rua” o morador de rua como cidadão: um estudo inicial sobre a realidade da população em situação de rua. Santa Cruz do Sul: *Anais do XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, UNISC, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13070/2284>. Acesso em: 02 de dezembro de 2020.

_____. A convivência enquanto método de pesquisa: pistas sobre a realidade da população em situação de rua através da esquizoanálise. Santa Cruz do Sul: *Anais da Jornada de Pesquisa em Psicologia - UNISC*, 2017. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/index. Acesso em: 24 de maio de 2020.

MACHADO, Maria Luiza Adoryan; ASSMANN, Caroline; NUNES, Karla Gomes. Saúde na rua(?): modos de (re)pensar a saúde mental da população em situação de rua através da pesquisa-ação. In: ALMEIDA, Paula Camboim Silva de; KLAFKE, Teresinha Eduardes. (orgs). *Ensino e extensão na UNISC [online]: prêmio honra ao mérito 2017*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2018. Disponível em: https://www.unisc.br/pt/home/editora/e-books?id_livro=476. Acesso em: 06 de abril de 2020.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. São Paulo: *Revista Educação e Pesquisa*, vol. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022004000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 de maio de 2020.

MATTIELLO, Felipe; RAMOS, Wilsa Maria. Estudos em psicologia e áreas interdisciplinares sobre a população em situação de rua. Campinas: *Estudos de Psicologia*, vol. 23, n. 1, p. 67-77, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2018000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 de abril de 2020.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de.; CASTRO, Paula Almeida de. *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

MDS, Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. *Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias*. Brasília: 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servico-de-acolhimento-para-adultos-e-familias>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis*. Palavra “Estopim”. Rio de Janeiro: Editora Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estopim>. Acesso em: 04 de novembro de 2020.

MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis*. Palavra “Humanizar”. Rio de Janeiro: Editora Melhoramentos, 2020. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=L11dW>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

MORÉ, Carmen. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde - Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. *Anais online VI Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa e IV Simpósio Internacional de Educação e Comunicação*, 2015. Disponível em:

<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/158>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.

PAIVA, Irismar Karla Sarmiento. Et al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. Rio de Janeiro: *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 21, n. 8, p. 2595-2606, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000802595&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 de maio de 2020.

PEREIRA, Camila Potyara. *Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília*. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1542/1/Dissertacao_Camila_Potyara_Pereira.pdf. Acesso em: 14 de junho de 2020.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre. Porto Alegre: *Revista Civitas*, vol. 19, n. 1, p. 82-104, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/civitas/v19n1/1984-7289-civitas-19-01-0082.pdf> . Acesso em: 04 de abril de 2020.

POLIVANOV, Beatriz Brandão. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. Goiás: *Esferas*, vol. s/n, n. 3, p. 61-71, 2013. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/4621/3243>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

PORTO, José Renato Sant’Anna. Uma analítica do poder para as políticas públicas: Foucault e a contribuição da Anthropology of Public Policy. Rio de Janeiro: *Estudos, Sociedade e Agricultura*, vol. 22, n. 2, p. 360-385, 2014. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/490>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal de Porto Alegre. *Cadastro e Mundo da População em Situação de Rua de Porto Alegre/RS - 2016 [online]*. Porto Alegre: Fundação de

Assistência Social e Cidadania (FASC), 2016. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=41&p_secao=120. Acesso em: 08 de abril de 2020.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz; MACHADO, Simone. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. Brasília: *Temporalis*, vol. 11, n. 22, p. 191-215, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1387>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

REDE RUA, *O Trecheiro*. São Paulo: Rede Rua, Ano I, nº 2, edição março, 1990. Disponível em: <https://rederuasp.files.wordpress.com/2017/08/15-a-31-de-marc2bao-1990-jdr.pdf>. Acesso em: 03 de outubro de 2020.

REDE RUA. *Jornal O Trecheiro*. São Paulo: Rede Rua, Ano II, nº 1, 1991a. Disponível em: <https://rederuasp.files.wordpress.com/2017/08/agosto-e-setembro-1991.pdf>. Acesso em: 26 setembro 2020.

ROSA, Alexandre Reis; TURETA, César; BRITO, Mozar José de. Práticas discursivas e produção de sentidos nos estudos organizacionais: a contribuição do construcionismo social. Ceará: *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, vol. 4, n. 1, p. 41-52, 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/contextus/article/view/32073>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

SANTA CRUZ DO SUL. Políticas Públicas. *Proteção Social Especial de Alta Complexidade*. Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: <https://www.santacruz.rs.gov.br/secretarias/espacos-de-acolhimento>. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

SANTOS, Nara Damião dos. *O Movimento Nacional da População de Rua/Núcleo Londrina: uma trajetória de lutas*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina (monografia), Graduação em Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.esedh.pr.gov.br/modules/inscrit_quest/uploads/8/11032016150347_TCC_Nara_Damiao_dos_Santos.pdf. Acesso em: 06 de junho de 2020.

SCHUCH, Patrice. A Legibilidade como Gestão e Inscrição Política de Populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, Cláudia e MACHADO, Helena. (Org). *Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, p. 121-145, 2015.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone Ritta dos. (Org). *População de rua: políticas públicas, práticas e vivências*. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

SERAFINO, Irene; LUZ, Lila Cristina Xavier. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. Florianópolis: *Revista Katálysis*, vol. 18, n. 1, p. 74-85, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802015000100074&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 de maio de 2020.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. Brasília: *Psicologia Ciência e Profissão*, vol. 38, n. 4, p. 662-679, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932018000500662&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

SILVA, Carlos Roberto de Castro; MENDES, Rosilda; NAKAMURA, Eunice. A dimensão da ética na pesquisa em saúde com ênfase na abordagem qualitativa. São Paulo: *Saúde e Sociedade*, vol. 21, n. 1, p. 32-41, 2012. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902012000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 de junho de 2020.

SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Mauricio Rodrigues de. Uma questão de método: origens, limites e possibilidades da etnografia para a psicologia social. São Paulo: *Psicologia USP*, vol. 25, n. 3, p. 307-316, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642014000300307&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 de maio de 2020.

SPINK, Mary Jane. *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/w9q43>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentido: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, Mary Jane. (Org). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, Mary Jane; GIMENES, Maria da Gloria. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. São Paulo: *Saúde e Sociedade*, vol. 3, n. 2, p. 149-171, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901994000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 de junho de 2020.

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos de interpretação. In: SPINK, Mary Jane. (Org). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

TONELLI, Maria José. Produção de Sentidos: tempo e velocidade nas organizações. Rio de Janeiro: *RAP - Revista de Administração Pública*, vol. 37, n. 1, p. 33-50, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6475>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

UNISC. Universidade de Santa Cruz do Sul. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 3ª ed., 2019. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2509/1/Normas%20para%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20de%20trabalhos%20acad%C3%A4micos%20-%20203.ed.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão e Governamentalidade. Campinas: *Revista Educação & Sociedade*, vol. 28, n. 100, p. 947-963, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

_____. Inclusão, exclusão, in/exclusão. São Paulo: *Revista do NU-SOL: Núcleo de Sociabilidade Libertária*, vol. 1, n. 20, p. 121-135, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/14886/11118>. Acesso em: 06 de abril de 2020.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. (Org). *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: 1992.

WINKIN, Yves. *A nova comunicação. Da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papirus, 1998.